

PROCURAÇÃO “AD – JUDÍCIA E EXTRA”

OUTORGANTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALEXANDRIA PAIVA, brasileira, solteira, assistente social, inscrito no CPF sob o nº 033.217.884-62, portador do RG nº 2.482.026, residente e domiciliada à Trav. Rodrigues de Carvalho, nº 14, Centro, Mamanguape, CEP: 58.280.000.

OUTORGADO: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA, advogado, inscrito na OAB sob o nº 20.155/PB, com escritório à Rua Deputado José Mariz, 690, Tambauzinho, João Pessoa/PB, email: renabpinto@hotmail.com, Tel: (83) 9 98194126.

PODERES: Amplos, gerais e irrestritos com cláusula “ad – judícia e extra” em qualquer autarquia, repartição ou órgão público, em juízo, instância ou tribunal, podendo propor as ações contra quem de direito e defendê-lo nas contrárias usando todos os poderes para a melhor condução das respectivas ações, fixando-se neste mandado honorários contratuais de caráter remuneratório em 30% (trinta por cento) obtidos pelo êxito da causa ou representação administrativa, em decorrência da atuação do outorgado, conferindo-lhe poderes especiais para, transigir, desistir, discordar, concordar, representar o outorgante em audiências, receber e dar quitações, realizar acordos nos autos ou extra judicialmente, pedir e ter vistas aos autos de quaisquer tipos de processos, xerocopiar os processos, receber alvará judicial ou requisição de pequeno valor (RPV) em instituições financeiras, podendo ainda substabelecer esta a outrem com ou sem reservas de iguais poderes, renunciar expressamente aos valores que eventualmente excederem à alçada dos Juizados Especiais, e ainda assinar declaração de isenção em nome do outorgante, dando tudo por bom firme e valioso.

DECLARAÇÃO DE INCAPACIDADE FINANCEIRA

O Outorgante declara para os devidos fins de direito e para quem interessar possa que não tem condições financeiras no momento de arcar com as despesas judiciais para adentrar com Ações Judiciais, requerendo para tanto, o benefício da Justiça Gratuita, de acordo com o art. 2º, parágrafo único, c/c o art. 4º, caput, da Lei nº 1.060/50.

João Pessoa- PB, 05/06/2019


Outorgante/declarante



PROCURAÇÃO “AD – JUDÍCIA E EXTRA”

OUTORGANTE: ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 1.561.106 SSP – PB, inscrita no CPF sob o nº 515.488.444-20, residente e domiciliada à Rua Travessa Rodrigues de Carvalho, nº 01, Mamanguape/PB.

OUTORGADO: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA, advogado, inscrito na OAB sob o nº 20.155/PB, com escritório à Rua Deputado José Mariz, 690, Tambauzinho, João Pessoa/PB, email: renabpinto@hotmail.com, Tel: (83) 9 98194126.

PODERES: Amplos, gerais e restritos com cláusula “ad – judícia e extra” em qualquer autarquia, repartição ou órgão público, em juízo, instância ou tribunal, podendo propor as ações contra quem de direito e defendê-lo nas contrárias usando poderes para a melhor condução das respectivas ações, fixando-se neste mandado honorários contratuais de caráter ressarcitórios arbitrados pela tabela OAB para a respectiva Ação ou 30% (trinta por cento) obtidos pelo êxito da causa, e em caso de benefício previdenciário, ao primeiro pagamento, acrescido de parcela correspondente, no mínimo, a 30% (trinta por cento) sobre o valor referente o valor do pedido ou vantagem obtida em decorrência das parcelas vencidas e das parcelas vincendas, respeitado o prazo máximo de 01 (uma) anuidade; em parcela única, em decorrência da atuação do outorgado, conferindo-lhe poderes especiais para, transigir, desistir, discordar, concordar, representar o outorgante em audiências, receber e dar quitações, realizar acordos nos autos ou extra judicialmente, pedir e ter vistas aos autos de quaisquer tipos de processos inclusive nas esferas cíveis, penais/criminais, trabalhistas, tributárias e previdenciárias, xerocopiar os processos, receber alvará judicial ou requisição de pequeno valor (RPV) em instituições financeiras, podendo ainda substabelecer esta a outrem com ou sem reservas de iguais poderes, e ainda renunciar expressamente aos valores que eventualmente excederem à alçada dos Juizados Especiais, dando tudo por bom firme e valioso.

DECLARAÇÃO DE INCAPACIDADE FINANCEIRA

O Outorgante declara para os devidos fins de direito e para quem interessar possa que não tem condições financeiras no momento de arcar com as despesas judiciais para adentrar com Ações Judiciais, requerendo para tanto, o benefício da Justiça Gratuita, de acordo com o art. 2º, parágrafo único, c/c o art. 4º, caput, da Lei nº 1.060/50.

João Pessoa- PB, 01/08/2018

Eliete de Alexandria Paiva
Outorgante/declarante





12/06/2019

Número: **0800987-05.2017.8.15.0231**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Mamanguape**

Última distribuição : **05/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA (AUTOR)		RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16318940	11/09/2018 11:13	Sentença	Sentença





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Mamanguape

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800987-05.2017.8.15.0231
[ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO]
AUTOR: EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT (por morte), proposita por Eufrazio Emidio de Paiva em face da Seguradora Líder dos Consórcios S/A., na qual alega o autor que é companheiro de Maria das Dores Alexandria, falecida em 05/06/2016, vítima de acidente com veículo automotor de via terrestre, de modo que, na qualidade de viúvo da falecida, faz jus ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor estabelecido em lei, ou seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescido dos juros legais à taxa de 1% ao mês, e corrigido monetariamente. Requeru a procedência do pedido, visando à condenação da ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 13.500,00.

Citada, a ré apresentou contestação (ID 10826811), impugnando os pedidos iniciais.

A parte autora ofereceu impugnação à contestação (ID 12424214).

É o breve relatório. Decido.

DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO

O processo comporta julgamento imediato, nos termos do art. 355, I, CPC, tendo em vista a desnecessidade de produção de provas, já que a questão controvertida é meramente de direito e a prova estritamente documental. A causa se encontra madura para julgamento.

1. Das preliminares

1.1. Ausência do interesse de agir – Ausência do requerimento administrativo

De fato, a ausência do requerimento administrativo em demandas desta natureza importa na ausência do interesse de agir, conforme já pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 824712.

Todavia, o mesmo Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que em caso de processamento da demanda com a consequente apresentação de contestação impugnando o mérito da pretensão, surge uma pretensão resistida apta a demonstrar a existência do interesse de agir.

Na situação dos autos, a parte ré impugnou o mérito da pretensão, de tal sorte que a partir deste instante emergiu o interesse de agir da parte autora.



Assinado eletronicamente por: ANDREA COSTA DANTAS BOTTO TARGINO - 11/09/2018 11:13:26
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18091111132336300000015903856>
Número do documento: 18091111132336300000015903856

Num. 16318940 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA - 14/06/2019 16:24:48
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061416244734700000021395661>
Número do documento: 19061416244734700000021395661

Num. 22034208 - Pág. 2

Assim, rejeito essa preliminar.

1.2 Inépcia da Inicial – ausência de laudo do IML

Argumenta a parte ré que o(a) promovente deixou de apresentar laudo elaborado pelo IML, restando, assim, ausente documentação que aponte e quantifique a lesão apontada na inicial.

De igual modo, penso que a presente preliminar não merece amparo, posto que o laudo do IML não constitui documento essencial para o ajuizamento da demanda.

Assim, não deve ser acatada a preliminar em questão.

1.3. Da ilegitimidade ativa ad causam

Alega, ainda, que a parte autora não fez qualquer prova de que efetivamente existiu relação de convivência duradoura com a vítima com o objetivo de constituição familiar, alegando que os documentos acostados à inicial são insuficientes para afirmar que o demandante era companheiro da vítima.

Não obstante, verifico que a parte autora juntou documentos que atestam a qualidade de companheiro da falecida, conforme infere-se dos documentos de fls. 52-57.

Dessa forma, deve ser rejeitada essa preliminar.

2 – Do Mérito

Cuida-se de ação de cobrança de pagamento de seguro obrigatório (DPVAT), em razão de morte advinda de acidente com veículo automotor.

Incontroverso nos autos o acidente sofrido pela companheira do autor, conforme consta no Boletim de Ocorrência de ID 8582268, que veio a ser a causa de seu falecimento, conforme Certidão de Óbito (ID 8582050).

O nexo de causalidade entre o acidente e a morte da vítima está satisfatoriamente comprovado nos autos, uma vez que: 1) O autor colacionou Boletim de Ocorrência policial confeccionado dias após o fato, comunicando a ocorrência de acidente automobilístico; 2) Da análise do Boletim de Ocorrência policial consta que a morte decorreu de atropelamento por veículo automotor; 3) A certidão de óbito também atesta a causa da morte como sendo por contusão toraco abdominal com hemorragias consecutivas decorrentes de atropelamento. Assim, não há como conceber que o falecimento tenha sido causado por outro meio externo não relacionado ao acidente, sendo tais elementos probatórios suficientes para comprovar o liame causal entre o acidente e a morte da vítima.

Vale salientar que foram acostados aos autos documentos comprobatórios da condição do autor de cônjuge sobrevivente da vítima do acidente automobilístico (fls. 52-57).

O artigo 4º da Lei nº 6.194/74 c/c com o artigo 792 do Código Civil atestam que, em caso de morte, a indenização também será paga, se na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente. Vejamos:

“Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.” (Lei 6.194/74)

“Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.” (Código Civil)



Assinado eletronicamente por: ANDREA COSTA DANTAS BOTTO TARGINO - 11/09/2018 11:13:26
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18091111132336300000015903856>
Número do documento: 18091111132336300000015903856

Num. 16318940 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA - 14/06/2019 16:24:48
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061416244734700000021395661>
Número do documento: 19061416244734700000021395661

Num. 22034208 - Pág. 3

Portanto, o autor é parte legítima para receber 50% (cinquenta por cento) do valor da indenização devida, eis que comprovada a união estável, através dos documentos acostados aos autos (fls. 52-57).

Não obstante, deixo de fixar a indenização devida no que concerne à condição de herdeiro concorrente, posto que o autor não informou o número de filhos da falecida, nem tampouco consta da certidão de óbito anexada aos autos.

Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial e condeno a ré a pagar ao autor o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), corrigidos monetariamente pelo INPC desde a data do falecimento (Súmula 580 do STJ) e com juros de mora de 1% desde a citação (Súmula 426 do STJ).

Condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Escoado o prazo sem recurso voluntário, certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Interposta apelação, intime-se para contrarrazoar e, após, remetam-se os autos ao E. TJ/PB, independente de nova conclusão.

Publicado eletronicamente.

Registre-se e intime-se.

Mamanguape, data e assinatura eletrônicas.

Juíza de Direito



Assinado eletronicamente por: ANDREA COSTA DANTAS BOTTO TARGINO - 11/09/2018 11:13:26
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18091111132336300000015903856>
Número do documento: 18091111132336300000015903856

Num. 16318940 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA - 14/06/2019 16:24:48
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061416244734700000021395661>
Número do documento: 19061416244734700000021395661

Num. 22034208 - Pág. 4

ASSINAR CONTRATO - g X Seguradora Líder-DPVAT X

Seguro | <https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>

Apps ★ Bookmarks Google Vozes Outlook Entrar - Ricardo Eletro

ACESSIBILIDADE

Nova Consulta

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documento Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados
Informações Gerais

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

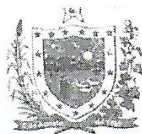
SINISTRO 3160698933 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA DAS DORES ALIXANDRIA
COBERTURA Morte
SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS
BENEFICIÁRIO EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA
CPF/CNPJ: 69452822449

Posição em 05-07-2017 09:31:57
Pedido de indenização cancelado.

PT 09:27 05/07/2017





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 004/2016

Ocorrência nº. 1003/2016

Aos OITO dias de JUNHO de DOIS MIL E DEZESSEIS, nesta cidade de MAMANGUAPE/PB, na Delegacia de Policia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **JAIME JOSÉ CAVALCANTE DE MATOS**, Delegado(a) de Policia Civil, comigo, escrevã(o) Ludecy reire Ayres Barbosa, aí, por volta 09h:32min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

EUFRAZIO EMIDIO DE PAIVA, conhecido por , Identidade nº 101.803-SSP/PB, CPF nº 694.528.224-49, nacionalidade brasileiro, estado civil: viúvo, profissão: aposentado, filho(a) de Maria Alves Da Silva E De Pai Não Declarado, natural de Pilar/PB, nascido(a) em 02/10/1938 (77 anos de idade), do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Segunda TRAV. Rodrigues De Carvalho, nº 12, bairro: Centro - Mamanguape/PB, tendo como ponto de referência: , na cidade de Mamanguape/PB, fone(s) para contato: (83)8678-5805.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Policia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE TRÂNSITO (DANOS);

2) DATA DO FATO: 05 de 06 de 2016;

3) HORÁRIO: 19h:10min;

4) LOCAL: BR paralela a BR101, próx. a Churrasacaria do Bigode nº , bairro: Planalto - MAMANGUAPE/PB;

5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: morte no local;

6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? NÃO;

7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? SIM;

8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VÍTIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? SIM

6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:

Que o noticiante comunica que na data de 05/06/2016, por volta das 19:10hs, estava na companhia de sua esposa MARIA DAS DORES DE ALEXANDRIA, de 72 anos de idade, quando no endereço acima citado, momento que sua esposa desceu do carro do noticiante e ao atravessar a pista foi colhida por um veículo marca L200 Triton de cor branca, placa-QFF 6229-PB. Que segundo o noticiante a sua esposa teve morte imediata; QUE segundo o noticiante, o motorista causador do atropelamento, em nenhum momento se ausentou do local do fato e aguardou a policia chegar ao local e veio para a Delegacia onde prestou depoimento pelo fato ocorrido; QUE o corpo da vítima só foi liberado depois que a Pericia chegou ao local para fazer os procedimentos de praxe.

8) BREVE RESUMO DO FATO:

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

Eufrazio Emidio de Paiva
EUFRAZIO EMIDIO DE PAIVA
Comunicante

[Assinatura]
Escrivã(o) Agente
Matrícula nº 61.186-7

Rua Escritor Lima Pinto nº 18, Campo, Mamanguape/PB telefone: 3292-2604





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

MARIA DAS DÔRES DE ALEXANDRIA

MATRÍCULA:

0707480155 2016 4 00018 042 0010420 50

SEXO feminino COR PARDA ESTADO CIVIL E IDADE solteira, 72 anos

NATURALIDADE/UF Rio Tinto-PB DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
CPF nº: 509.173.824-04

ELEITOR
NÃO INFORMADO

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO)
Marculino Jorge de Alexandria e Maria Maurício de Alexandria. Residia na(o) Travessa Rodrigues de Carvalho, nº 12, no município de Mamanguape-PB

DATA E HORA DO FALECIMENTO cinco de junho de dois mil e dezesseis - 19:40 DIA 05 MÊS 06 ANO 2016

LOCAL DO FALECIMENTO
Em via pública: BR- 101, KM 37 no município de Mamanguape-PB

CAUSA DA MORTE
contusão toraco abdmdinal com hemorragias consecutivas. Acidente de trafego, Vitima de atropelamento.

NOME DO MÉDICO / CRM Francisca Divina S. de Melo - CRM: 3272 LOCAL DO SEPULTAMENTO
Cemitério Público São Miguel no município de Mamanguape-PB

DECLARANTE
Eufrasio Emidio de Paiva, brasileiro, solteiro, com 77 anos de idade, Motorista aposentado, residente e domiciliado: Travessa Rodrigues de Carvalho, nº 12, Mamanguape-PB, natural de Pilar-PB

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Registro lavrado em 07/06/2016, no Livro C-00018, N° 10420, folha 42-V. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 244927618. A falecida não deixou bens, não era eleitora, deixou filhos.

NOME DO OFÍCIO
Serviço Registral das Pessoas Naturais

OFICIAL REGISTRADOR
MARIA DA PENHA RIBEIRO DA CUNHA

MUNICÍPIO/UF
Mamanguape-PB

ENDEREÇO
Rua Presidente João Pessoa, nº 78 - Centro Mamanguape-PB -
CEP 58280000 Fone: (83)3292-2292 E-mail:
cartoriopenharibeiro@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Mamanguape-PB, 7 de Junho de 2016

Bel. ANTONIO DUTRA RIBEIRO
Oficial Substituto

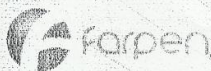
Selo Digital: **ADA75420-UHHY**
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

SERVIÇO REGISTRAL DAS PESSOAS NATURAIS

Maria da Penha Ribeiro da Cunha
Oficial do Registro Civil

Bel. Antônio Dutra Ribeiro
Substituto

Eliete Araújo Cavalcanti Ribeiro



I Identificação	1 Tipo de óbito <input type="checkbox"/> Fetal <input checked="" type="checkbox"/> Não Fetal	2 Data do óbito 05/06/2016 19:40	3 Cartão SUS	4 Naturalidade Rio Limb-PR Município / UF (se estrangeiro informar País)
	5 Nome do Falecido Maria das Dores de Alexandria			
	6 Nome do Pai Marcosino Jorge de Alexandria		7 Nome da Mãe Maria Hawacio de Alexandria	
	8 Data de nascimento 02/05/1944	9 Idade Anos completos Meses Dias Horas Minutos Ignorado 9	10 Sexo <input type="checkbox"/> M - Masc. <input checked="" type="checkbox"/> F - Fem. <input type="checkbox"/> I - Ignorado	11 Raça/Cor <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Indígena
II Residência	12 Situação conjugal <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Separado judicialmente <input type="checkbox"/> Divorçado <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Ignorada			
	Código CBO 2002			
	13 Escolaridade (última série concluída) Nível 0 Sem escolaridade 1 Fundamental I (1ª a 4ª Série) 2 Fundamental II (5ª a 8ª Série) 3 Médio (antigo 2º grau) 4 Superior incompleto 5 Superior completo Ignorado 9			
	14 Ocupação habitual (Informar anterior, se aposentado / desempregado)			
III Ocorrência	15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) Travessa Rodrigues de Carvalho			
	Número Complemento CEP			
	16 CEP			
	17 Bairro/Distrito Centro			
IV Fetal ou menor que 1 ano	18 Município de residência Maranguape			
	Código UF			
	19 UF			
	20 Local de ocorrência do óbito <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Domicílio <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Ignorado 2 Outros estab. saúde <input type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Aldeia <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Ignorado 9			
21 Estabelecimento Código CNES				
V Condições e causas do óbito	22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.) BR 101 Km 37			
	Número Complemento CEP			
	23 CEP			
	24 Bairro/Distrito Centro			
VI Médico	25 Município de ocorrência Maranguape			
	Código UF			
	26 UF			
	PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE			
VII Causas externas	27 Idade (anos) Nível			
	28 Escolaridade (última série concluída) Nível 0 Sem escolaridade 1 Fundamental I (1ª a 4ª Série) 2 Fundamental II (5ª a 8ª Série) 3 Médio (antigo 2º grau) 4 Superior incompleto 5 Superior completo Ignorado 9			
	29 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada)			
	Código CBO 2002			
VIII Prova	30 Número de filhos vivos Perdas fetais/abortos			
	31 Nº de semanas de gestação			
	32 Tipo de gravidez 1 Única 2 Dupla 3 Tripla e mais 9 Ignorada			
	33 Tipo de parto 1 Vaginal 2 Cesáreo 9 Ignorado			
IX Investigação	34 Morte em relação ao parto 1 Antes 2 Durante 3 Depois 9 Ignorado			
	35 Peso ao nascer Gramas			
	36 Número da Declaração de Nascimento Vivo			
	37 A morte ocorreu 1 Na gravidez 3 No abortamento 5 De 43 dias a 1 ano após o término da gestação Ignorado 9 2 No parto 4 Até 42 dias após o término da gestação 8 Não ocorreu nestes períodos			
X Laudo	ASSISTÊNCIA MÉDICA 38 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? 1 Sim 2 Não 9 Ignorado			
	DIAGNÓSTICO CONFIRMADO PO 39 Necropsia? 1 Sim 2 Não 9 Ignorado			
	Tempo aproximado entre o início da doença e a morte CID			
	40 CAUSAS DA MORTE PARTE I Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.			
XI Observações	ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA a Contusões torácicas-abdominais Devido ou como consequência de: b Lesões hemorrágicas consecutivas Devido ou como consequência de: c Acidente de trânsito Devido ou como consequência de: d			
	PARTE II Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.			
	41 Nome do Médico Francisca Divina de Melo			
	42 CRM 3272			
XII Encerramento	43 Óbito atestado por Médico 1 Assistente 4 SVO 2 Substituto 5 Outro 3 IML			
	44 Município e UF do SVO ou IML João Pessoa PR			
	45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) 32185214			
	46 Data do atestado 06/06/2016			
XIII Registro	47 Assinatura [Assinatura]			
	PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)			
	48 Tipo 1 Acidente 3 Homicídio 2 Suicídio 4 Outros Ignorado 9			
	49 Acidente do trabalho 1 Sim 2 Não Ignorado 9			
XIV Detalhes	50 Fonte da informação 1 Ocorrência Policial Nº 2 Hospital 3 Família 4 Outra Ignorado 9			
	Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência 1 Via pública 4 Estabelecimento comercial 2 Endereço de residência 5 Outros 3 Outro domicílio 9 Ignorada			
	51 Descrição sumária do evento Víctima de atropelamento			
	ENDEREÇO DO LOCAL DO ACIDENTE OU VIOLÊNCIA 52 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) BR 101 Km 37			
XV Localização	Número Bairro Município UF			
	53 Cartório Maranguape			
	Código Registro Data 10420 07062016			
	54 Registro			
XVI Data	55 Data 07/06/2016			
	56 Município Maranguape			
	UF PR			
	57 UF			



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 101.803

DATA DE EXPEDIÇÃO 21/09/2010

FILIAÇÃO

MARIA ALVES DA SILVA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO 02/10/1938

DOC ORIGEM

PILAR-PB

NASC.N.10896 FLS.27 LIV.A 34

CPF

CARTORIO PILAR PB

694.528.224-49

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR

EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA

DATA DE NASCIMENTO 02/10/1938

Nº INSCRIÇÃO 0019 3028 1210

ZONA 007

SEÇÃO 0036

MUNICÍPIO / UF

MAMANGUAPE/PB

DATA DE EMISSÃO 18/07/2013

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA

Desembargador Marcos Covalenski de Albuquerque

Presidente do TRE-PB

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

694.528.224-49

Nome

EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA

Nascimento

02/10/1938

MPAS INPS

Nº DE INSCRIÇÃO

10946423242

CÓMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE CONTRIBUINTE INDIVIDUAL

NOME DO CONTRIBUINTE

EUFRASIO EMIDIO DE PAIVA

DATA DO NASCIMENTO 02/10/38

DOCUMENTO DE IDENTIDADE N 10381/460

CATEGORIA DO SEGURADO

AUTÔN X C DOBRO 3 FACULT 4 EMPREG

DOMICÍLIO BANCÁRIO

INPS - RIO TINTO

PLASTIFIQUE

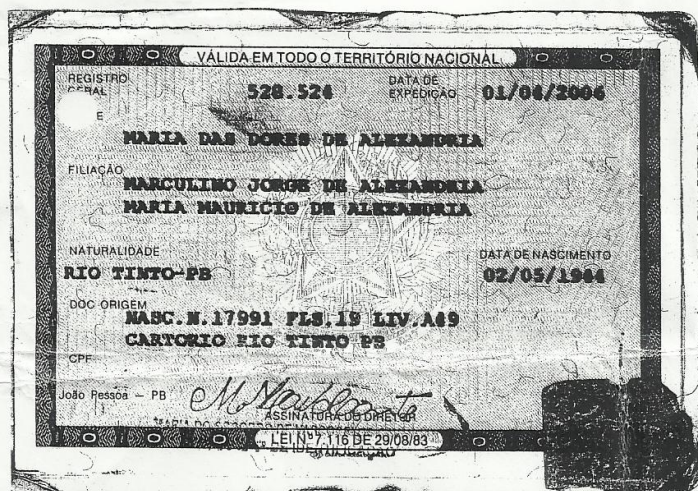
GUARDE A VIA NÃO UTILIZADA

VALIDO SOMENTE ACOMPANHADO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

1ª E 2ª VIAS: CONTRIBUINTE

PROCESSADO PELA DATAPREV





REPÚBLICA



DO BRASIL

REGISTRO CIVIL
ESTADO DA PARAIBA

MUNICÍPIO E COMARCA DE MAMANGUAPE

RUA PRESIDENTE JOÃO FESSOA, 78 — FONE, 2292

Maria da Penha Ribeiro da Cunha

Oficial do Registro Civil desta cidade, servindo na forma da lei, etc.

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO por me haver sido verbalmente requerido, que às folhas nº 193v do
livro nº A-03 termo 2957 foi lavrado o termo do Registro de Nascimen-
to de MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALEXANDRIA PAIVA
nascid. a. aos trinta (30) de janeiro (01) de
mil novecentos e setenta e quatro (1974), às 8,30 horas em
domicílio, no lugar Engenho Novo, suburbio, desta Cidade de Mamanguape, PB.
do sexo feminino de cor - filh. a - de
Eufrazio Eudio de Paiva, e dona
Maria das Dores de Alexandria.

Sendo avós paternos: Maria Alves da Silva.

e maternos: Marculino Jorge de Alexandria e
Maria Mauricio de Alexandria

Foi declarante: o próprio pai

serviram de testemunhas: Salvador Gonçalves da Silva, presidente do Sindicato Ru
ral, e Manuel Trajano Maciel, agricultor, residentes nesta Cidade.

Observações: Isenta de selos esta primeira certidão.

Mamanguape, 24 de agosto de 19 77

Maria da Penha Ribeiro da Cunha
Oficial do Registro Civil



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
MARIA DA CONCEICAO DE ALEXANDRIA PAIVA

Nº de Inscrição
033217884-62

Data do Nascimento
30/01/74

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **2482026** DATA DE EXPEDIÇÃO **26 SET. 1957**

NOME **MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALEXANDRIA PAIVA.**

FILIAÇÃO **Eufrasio Enidio de Paiva**

Mamanguape PB **30/01/1974**

NATURALIDADE **Maria das Dores de Alexandria**

DOC ORIGEM **Cert. Nas. Nº 2957; Fls. 193-V; Liv. 03; -**
Cart. Mamanguape-PB.

DATA DE NASCIMENTO

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR DE CARVALHO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





Assinado eletronicamente por: RENATO BERNARDINO PINTO MANGUEIRA - 14/06/2019 16:24:55
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061416245477200000021395786>
 Número do documento: 19061416245477200000021395786





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1581106 DATA DE EXPEDIÇÃO 17 MAI 1990

NOME ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA

FILIAÇÃO Eufrazio Emidio de Paiva
Maria das Dores de Alexandria

NATURALIDADE Mamanguape-PB DATA DE NASCIMENTO 15-06-1966

DOC ORIGEM Cert. Nasc. Nº 50.657, Fls. 99v, L. 76-A, Cart. Mamanguape-PB.

João Pessoa - PB

Alexandre Augusto de Carvalho

12/08/83



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : Nº 012.042.628



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA
TRAV RODRIGUES DE CARVALHO S/N
MAMANGUAPE

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/689008-1

REFERÊNCIA

SET/2018

APRESENTAÇÃO

10/09/2018

CONSUMO

146

VENCIMENTO

26/09/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 134,55

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

ELIETE DE ALEXANDRIA PAIVA

Roteiro: 04-014-060-2800

83640000001-1 34550054000-9 06890082018-1 09200014019-1

VENCIMENTO

26/09/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 134,55

MATRÍCULA

689008-2018-09-2

